

Dossiê Especial

Neoliberalismo, educação e saúde mental

*Anaxsuell Fernando da Silva (org.)*¹

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

*Esmael Alves de Oliveira*²

Universidade Federal da Grande Dourados

SILVA, Anaxsuell Fernando da; OLIVEIRA, Esmael Alves de. **Neoliberalismo, educação e saúde mental: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 211-218, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ Antropólogo e Psicólogo. Doutor em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

² Antropólogo e Psicólogo. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-doutorando em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), com bolsa de pesquisa financiada pelo CNPq.

Neoliberalismo, Educação e Saúde Mental: entre a responsabilização individual e as causas econômicas do sofrimento

A articulação entre neoliberalismo, educação e saúde mental revela-se um campo urgente de reflexão no mundo contemporâneo, sobretudo diante da crescente medicalização da vida e da proliferação de diagnósticos psiquiátricos em contextos escolares e laborais. O aumento expressivo de casos de sofrimento psíquico não pode ser compreendido de forma isolada ou meramente individual, mas precisa ser situado nas transformações econômicas, sociais e políticas que moldam subjetividades e produzem formas específicas de adoecimento (OLIVEIRA, DA SILVA, OLIVEIRA, 2024). Em um cenário marcado pela lógica da performance, da competitividade e da responsabilização individual, torna-se fundamental problematizar os discursos que naturalizam o sofrimento como fracasso pessoal, apagando as condições estruturais que o engendram. Pensar essas relações é também abrir espaço para outras possibilidades de cuidado, resistência e reinvenção de modos de viver.

Levantamento recente do Ministério da Saúde (MS), publicizado por diferentes agências de notícias³, aponta que nos dez últimos anos (2014-2024) os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) em casos de ansiedade entre crianças aumentaram 15 vezes e entre adolescentes, 44 vezes. Este indicativo, por si, não é suficiente para delinear o colapso histórico iminente, uma vez que aqui devemos considerar também o ímpeto hiperdiagnóstico – produtor destes dados – como epifenômeno da “queda do céu” e que caracteriza o contemporâneo.

A efetivação de uma política de saúde mental para pessoas em idade escolar no Brasil é um fenômeno recente. Factualmente, as ações de cuidado em saúde destinadas a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico eram fundamentadas em um modelo de assistência institucionalizante, segmentada e usualmente de caráter filantrópico (TAÑO e MATSUKURA, 2015; LEITÃO *et al.*, 2025; PATTO, 1997).

A construção do discurso político hegemônico a respeito da importância da criança na organização e manutenção da sociedade republicana, iconizada pela fala de Pelé no seu milésimo gol⁴, não se desdobrou em responsabilização do Estado. Este, noutra direção, legitimava o paradigma de cuidado e assistência em

³ Disponíveis em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/30/ansiedade-de-2014-a-2024-atendimento-a-criancas-de-10-a-14-anos-subiu-quase-250percent-no-sus.ghtml>> e também em <<https://outraspalavras.net/outra-saude/escola-e-sus-diante-da-epidemia-de-transtornos-mentais/>>.

⁴ Após marcar seu milésimo gol em um jogo contra o Vasco no Maracanã, Pelé fez um apelo icônico: “Pelo amor de Deus, o povo brasileiro não pode esquecer das criançinhas, das casas de caridade. Ajudem os desamparados, os pobres.” (Folha de São Paulo, 2010). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/743409-pele-explica-o-discurso-sobre-as-criancas-no-milesimo-gol-leia-trecho-de-autobiografia.shtml>

curso o qual se sustentava em uma concepção da criança a ser assistida por ser: deficiente social (pobre), deficiente mental (retardo mental) e deficiente moral (delinquente). Entre a institucionalização do cuidado e a criminalização da infância pobre; nossa sociedade construiu uma cena de desassistência, abandono e exclusão (PATTO, 1997).

Ainda que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 1990, aponte para a necessidade de marco legal que viabilizasse a garantia de direitos, é importante mencionar que a promulgação de um dispositivo legal não teria a capacidade de operar por si só as mudanças necessárias (QUINHONES e OLIVEIRA, 2023). Assim, desde então, o estabelecimento de um novo modelo de assistência – de base comunitária e não mais institucionalizante –, capaz de promover reconhecimento da saúde mental infantojuvenil no âmbito das políticas de cuidado deve ser atravessado pelos debates provenientes do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, a fim de que as diretrizes de assistência e cuidado em saúde possam ser redesenhadas e promovam a efetiva mudança do antigo modelo asilar por uma rede de cuidados de base territorial e comunitária.

A despeito deste debate, nos dias de hoje, a perspectiva hegemônica nas instituições educacionais, que encontram em seu cotidiano crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, têm se afastado de uma percepção destes como sujeitos de direitos e, fomentados pelo modelo neoliberal, movimentam-se em direção de um cruel retorno às práticas do paradigma da saúde orientado pela tutela, segregação e, sobretudo, por uma abordagem domesticadora e medicalizante do sofrimento psíquico (MARZAL e CAPONI, 2025).

Nesse contexto, como apontam Javier Marzal e Sandra Caponi (2025), assiste-se à consolidação de um cenário no qual o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes é rapidamente traduzido em diagnósticos clínicos e rótulos psiquiátricos, muitas vezes estimulados e validados pelas redes sociais. Essa dinâmica, intensificada no período da pandemia, promoveu uma aceleração dos autodiagnósticos e da identificação com neuroidentidades como “sou TDAH”, “sou autista” ou “tenho depressão”, que, embora possam representar formas legítimas de reconhecimento e pertencimento, acabam sendo absorvidas pelas instituições educacionais como marcadores fixos, medicalizáveis e gerenciáveis. Ao invés de reconhecer a complexidade das experiências subjetivas, tal como critica o pesquisador e a pesquisadora, essas instituições reforçam práticas domesticadoras que alinham-se à lógica neoliberal de responsabilização individual e de gestão técnica do sofrimento, afastando-se de abordagens que considerem os sujeitos em sua integralidade e historicidade.

Se olharmos para o outro lado da sala de aula, os dados divulgados pelo Ministério da Previdência Social, e publicizados por agência de notícias⁵, podem lançar luz à esta questão nas escolas. Eles apontam para um crescimento alarmante nos afastamentos de professores e professoras em decorrência de questões de saúde mental no ano de 2024, consolidando um recorde na última década. Foram registrados aproximadamente 472 mil afastamentos relacionados à saúde mental, o que representa um crescimento de 68% em relação a 2023, quando foram contabilizados cerca de 283 mil casos. Esse aumento expressivo reflete um agravamento significativo na saúde mental dos profissionais da educação no período recente. Dados que corroboram com pesquisas realizadas sobre a problemática em anos anteriores (BARROS *et al.*, 2019).

⁵ Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml>>

No ano passado, 2024, o sofrimento psíquico decorrente do trabalho docente alcançou proporções alarmantes, destacando-se entre os principais motivos de afastamento no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Do total de 3,5 milhões de licenças médicas concedidas no país, os casos associados a diagnósticos de transtornos na saúde mental representaram uma parcela substancial, evidenciando o impacto desse fenômeno na força de trabalho docente. Esses dados – ainda incompletos, por invisibilizarem demais trabalhadores e trabalhadoras das escolas, como merendeiras, vigilantes e responsáveis pela limpeza – reforçam a necessidade urgente de ocupar-nos da compreensão da saúde mental no ambiente de trabalho, sobretudo no setor educacional, um dos mais afetados.

Ao apresentar estes números não queremos sugerir que vivenciamos uma crise de saúde mental. Noutra direção o argumento que atravessa nossa reflexão é de estamos experienciando uma crise inerente ao modo de vida engendrada no capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, DA SILVA e OLIVEIRA, 2024). Em um momento histórico em que o mal-estar psicoemocional virou regra, o sofrimento vivenciado pela comunidade escolar desvela uma catástrofe dos nossos tempos, é, portanto, uma denúncia. Nosso entendimento rechaça o argumento simplista e trivial de que seriam estas pressupostas psicopatologias que incapacitariam os/as trabalhadores/as em educação, e sim, que o sofrimento psíquico é consequência direta das reconfigurações no modo de vida no contexto do neoliberalismo o qual tem tornado o trabalho no ambiente escolar alienado e degradante.

No contexto atual, o trabalho docente desempenha um papel essencial como referencial de construção identitária, se constituindo não apenas como elemento de organização social, mas também como fonte de reconhecimento e realização pessoal (DEJOURS, 1992.). A despeito destes significados e sentidos, o universo laboral tem experimentado profundas transformações, as quais impõem desafios e demandam respostas. No Brasil, a classe trabalhadora enfrenta processos de precarização e retrocessos em direitos assegurados constitucionalmente, resultado de políticas de orientação ultraliberal. A reestruturação produtiva do capital e a flexibilização das leis trabalhistas – sobretudo com a presença massiva de trabalhadores temporários na composição dos quadros das escolas [e universidades] – têm impactado diretamente as condições de vida trabalho e saúde dos trabalhadores em educação.

Neste sentido, a dinâmica organizacional da educação brasileira, no que diz respeito ao controle dos processos de trabalho, incorporou decisivamente o modelo de gestão da vida e do sofrimento próprio da vida neoliberal (CABANAS e ILLOUZ, 2022). Essa forma de organização e de gestão do trabalho está presente não apenas nos espaços privados, mas também nas instituições públicas de ensino, com quadros reduzidos de servidores e adoção de um modelo de governança gerencialista, com o estabelecimento de metas, sobrecarga e intensificação do trabalho, adoção de mecanismos de avaliação de desempenho individual, plataforma da educação, redução de orçamento e flexibilização de direitos (BARBOSA, ALVES, 2023; FREITAS, 2023; CAMPOS, VÉRAS e ARAÚJO, 2020; LUZ, 2019; SILVA e ALCANTARA, 2018; SOUZA *et al.*, 2017; ANTUNES, 2020, 2018; ANTUNES e BRAGA, 2009).

Como já apontamos em outro momento⁶, nossa compreensão é de que o neoliberalismo opera como uma tecnologia de poder a qual se infiltra nos modos de

⁶ Esta ideia está desenvolvida com maior vagar na apresentação do **Dossiê Temático: Neoliberalismo e sofrimento psíquico**, publicado na *Aceno*, 11 (27), 2024, disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v11i27>

subjetivação, constituindo sujeitos que interiorizam lógicas de mercado, autodesempenho e autogestão. Neste sentido, de acordo com este regime de inteligibilidade construído dentro desta racionalidade, o sujeito tanto passa a ser responsável por seu adoecimento, quanto continuamente é estimulado ao máximo autoaprimoramento.

Mais uma vez recuperarmos as reflexões de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para quem esta reconfiguração das relações sociais e de trabalho incide diretamente sobre o modo como nos constituímos enquanto sujeitos. Dentro desse panorama, o sujeito neoliberal é modelado como um “empreendedor de si”, ou seja, um indivíduo constantemente incentivado a gerir sua própria vida como uma empresa. Essa exigência de autoaperfeiçoamento contínuo gera novas formas de vulnerabilidade e sofrimento psíquico, levando o indivíduo se submeter voluntariamente às exigências de produtividade incessante, resultando em exaustão, Burnout e outras formas de adoecimento mental, sofrimento psíquico ou sofrimento social.

Em artigo publicado no *Journal of Philosophy of Education*, a filósofa Michelle Maiese discute como as políticas neoliberais influenciam a educação em saúde mental e como essas políticas podem contribuir para o aumento da ansiedade e depressão entre os jovens. De maneira específica, ela examina como a agenda nacional de saúde mental do Reino Unido, iniciada em 2017, reflete influências econômicas e políticas mais profundas. Embora o objetivo declarado seja apoiar crianças e jovens com dificuldades de saúde mental, Maiese argumenta que a iniciativa contribui para a responsabilização dos indivíduos e suas famílias, negligenciando as causas econômicas subjacentes do sofrimento mental. Além disso, ela destaca como o neoliberalismo molda mentalidades e orientações sociais que intensificam a ansiedade e a depressão. Por fim, a conclusão de Maiese parece relevante para o nosso contexto. Para ela é crucial entender essas políticas dentro do contexto do neoliberalismo para desenvolver intervenções mais eficazes e justas na educação em saúde mental.

Nessa direção, isto é, na tentativa de compreender as dinâmicas do neoliberalismo e seus impactos na esfera da educação, organizamos nesta edição da revista um espaço de encontro reflexivo em torno da relação entre Educação e Saúde Mental que tenciona a lógica hegemônica biomédica e psicopatologizante. Nossa base epistêmica é a compreensão de que a saúde mental é um campo pluridisciplinar e de caráter psicossocial e, portanto, não está circunscrita apenas aos campos *psis* (psicologia, psiquiatria e/ou psicanálise) e/ou biomédico, mas é espaço privilegiado para análise das Ciências Sociais da Saúde, em particular da Antropologia.

Nesse sentido, os artigos que compõem este número, aqui apresentados, contribuem para refletir sobre a relação entre neoliberalismo, educação e saúde mental, a partir de diferentes perspectivas. Estão – todos eles – comprometidos com uma concepção de saúde mental e sofrimento psíquico como um fenômeno complexo, multifatorial, histórico e culturalmente situado.

O primeiro artigo, intitulado *Trabalho docente em cena: práticas (im)postas no novo ensino médio*, retorna ao ano de 2022 quando o ensino médio brasileiro sofreu alterações através da implementação da Lei 13.415/17. Estas mudanças resultaram na ampliação de 1.400 horas de aula. Alicia Alves e Allan Henrique Gomes, autores do artigo, discutem como estas alterações intensificaram a precarização e descaracterização do trabalho docente, produzindo um cenário de sofrimento e adoecimento psíquico.

Em seguida, Tainá Arouck Damasceno Maia Farrielo e Carla Cristina Garcia, no artigo *Rompendo Hábitos e Disciplinas: Saúde Mental e Educação - Perspectivas para uma Educação Física*, analisam a relação entre corpo, Educação Física e cultura em um contexto neoliberal. A partir das Epistemologias Feministas elas refletem sobre a influência social dos espaços da Educação Física na cultura, sociedade e política, e como o neoliberalismo se apropria desses espaços. A proposta apresentada é de uma Educação Física crítica, que ressignifique o corpo como sujeito político e cultural, promovendo a inclusão e resistência às pressões neoliberais.

No texto seguinte, intitulado *O mal-estar docente: as dificuldades do ser professor*, se aborda as relações entre a precarização do trabalho docente e o adoecimento dos trabalhadores da educação. Para dar materialidade à análise, Carlos Augusto Lima Ferreira e Erick Wesley Morais dos Santos apresentam dados de uma pesquisa de campo empreendida em um Colégio Modelo em Feira de Santana-Bahia.

O quarto texto deste dossiê é resultante de uma pesquisa descritiva-interpretativa e documental. *O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio* foi escrito por Emanuele Vitória de Oliveira Leite e Francisco Vieira da Silva e, como o título sugere, investiga a presença do neoliberalismo em discursos sobre saúde mental no livro didático do Novo Ensino Médio de Língua Inglesa.

Logo depois, temos a oportunidade de conhecer a pesquisa de Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, *Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário (MS)*. Fundamentadas nas contribuições teóricas da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), elas se dedicam compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas dos dois municípios.

O sexto artigo *A Universidade como “máquina de moer gente”: pistas para compreender o mal-estar e promover saúde no Ensino Superior*, de Amanda de Mello Martins *et al.*, se coloca como um ensaio descritivo reflexivo, a partir de pesquisa documental. Ele analisa como a racionalidade neoliberal adentra as universidades, reduzindo o valor do ensino superior, enfraquecendo laços de cooperação e produzindo sofrimento. O texto apresenta também estratégias e práticas coletivas que visam construir um ambiente acadêmico mais saudável e acolhedor.

O artigo *Neoliberalismo e Saúde Mental: um estudo com jovens universitários do oeste do Paraná*, de Fabrício Duim Rufato *et al.*, investiga a saúde mental de acadêmicos com idades entre 18 e 29 anos. Trata-se de uma da pesquisa com 829 estudantes dos cinco campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, os quais revelaram elevados índices de depressão, ansiedade e estresse, associados à competitividade, ao individualismo e a pressões características do contexto neoliberal. O trabalho argumenta em torno da importância de considerar os determinantes socioeconômicos na saúde mental e adota uma abordagem questionadora das estruturas sociais que perpetuam o adoecimento.

Na mesma direção, mas agora com enfoque na pós-graduação, o artigo *Transtornos mentais e mudanças globais: neoliberalismo e sofrimento na vida acadêmica entre estudantes de pós-graduação*, de Igor Vaz, apresenta um caso etnográfico de uma estudante para analisar como o uso de psicofármacos, as práticas de autocuidado, as relações familiares e a própria universidade compõem

um processo de saúde-doença e permitem apresentar o neoliberalismo e o sofrimento como categorias contemporâneas indissociáveis, decorrentes dos modelos de produtividade, competitividade e meritocracia presentes nas universidades.

Por fim, o artigo *Medicação Infantil e neoliberalismo: qual o papel do Estado?*, de Kettlyn Carla de Souza, Neusa Maria Soares Zukoski e José Luis Derisso, que coloca a tarefa de compreender a relação entre neoliberalismo, medicalização da educação e o papel do Estado. Para as autoras, a inexistência de políticas públicas por parte de órgãos competentes do governo associados aos avanços do neoliberalismo são fatores que incidem diretamente na medicalização da infância resposta às queixas escolares.

Nosso desejo é que este conjunto de artigos, organizados no formato de dossiê, permita novas reflexões aos nossos leitores e leitoras. Sobretudo no que tange às transformações epistêmicas das Ciências Sociais e suas implicações nas formas de compreensão das dinâmicas sociopolíticas em torno do Neoliberalismo e sofrimento psíquico no contexto da educação. Acima de tudo, nossa expectativa é que o conteúdo aqui disponibilizado não apenas colabore para a desresponsabilização dos indivíduos e suas famílias, mas também permita colocar no centro do debate as causas econômicas subjacentes ao sofrimento psicossocial e coopere para a construção de abordagens pluridisciplinares da saúde mental. Desejamos uma ótima leitura!

Referências

ALCANTARA, Ariana Celis. *Trabalho, adoecimento e saúde mental na Universidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Formação Interdisciplinar em Saúde, USP, 2018.

ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. Aprender a empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. *Currículo sem Fronteiras*, 23: e1140, 2023.

BARROS, Amanda Oliveira. Et al. Afastamento do trabalho por depressão em docentes da rede pública. *Debates em Psiquiatria*, 9 (1):6-17, 2019.

CABANAS, E.; ILLOUZ, E. *Happygracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CAMPOS, Taís; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria de. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Docência do Ensino Superior*, 10: 1–19, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

FREITAS, Lêda Gonçalves de (org.). *Trabalho, sofrimento e ação*. Curitiba: CRV, 2023.

LEITÃO, Iagor Brum. et al. Saúde mental infantojuvenil: análise de itinerários terapêuticos em município de interior e sem Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis. *Cad. Saúde Pública*, 41 (1): e00115824, 2025.

LUZ, Glaucimar Honorio. *Fatores Psicossociais no ambiente do trabalho dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFC*. Dissertação de Mestrado, Educação Profissional e Tecnológica, IFCE, 2019.

MAIESE, Michelle. Neoliberalism and mental health education. *Journal of Philosophy of Education*, 56 (1):67-77, 2022.

MARZAL, Javier; CAPONI, Sandra. A psiquiatrização da vida cotidiana e a construção de neuroidentidades virtuais. *TOMO (UFS)*, 44: e21851, 2025.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; DA SILVA, Anaxsuell Fernando; OLIVEIRA, Jai-nara Gomes de. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: entre a despolitização e a naturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos. *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11: 11-18, 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8 (1): 47-62, 1997.

QUINHONES, Paola de Vargas; OLIVEIRA, Esmael Alves de. “Percorrendo as tramas das “vulnerabilidades”: uma etnografia de uma instituição de acolhimento de crianças no estado de Mato Grosso do Sul”. In: OLIVEIRA, Esmael Alves de; LUTTI, Aline Castilho Crespe; REIS, Claudio; MENEGAT, Alzira Salete (org.). *Temas emergentes em Antropologia, Ciência Política e Sociologia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 99-126.

SILVA, Joelma Ramos Serejo; ALCÂNTARA, Ramon Luís de Santana. Subjetividade docente diante da precarização do trabalho. *Revista AMAZônica*, 21(1): 72-88, 2018.

SOUZA, Katia Reis. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(11):3667-3676, 2017.

TAÑO, Bruna Lidia; MATSUKURA, Thelma Simões. Saúde mental infantojuvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 23 (2), 439-447, 2015.